

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 422/2025 - IBMC

**AQUISIÇÃO DE EXPANSÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS E DE UPGRADE DO LICENCIAMENTO
“VEEAM DP ESSENTIALS”**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1ª - Objeto.....	4
Cláusula 2ª - Contrato	4
Cláusula 3ª - Preço Base do Procedimento.....	5
Cláusula 4ª - Início de Vigência e Duração do Contrato.....	5
Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário.....	5
Cláusula 6ª - Responsabilidade Extracontratual.....	7
Cláusula 7ª - Entrega e Instalação dos Bens.....	7
Cláusula 8ª - Receção e Verificação dos Bens.....	8
Cláusula 9ª - Garantia	9
Cláusula 10ª - Assistência Técnica	10
Cláusula 11ª - Direitos da Propriedade Intelectual e Industrial	11
Cláusula 12ª - Aspetos Submetidos à Concorrência	11
Cláusula 13ª - Aspetos não Submetidos à Concorrência.....	11
Cláusula 14ª - Preço Contratual	11
Cláusula 15ª - Condições de Pagamento do Preço.....	12
Cláusula 16ª - Penalidades Contratuais.....	13
Cláusula 17ª - Resolução do Contrato pelo Contraente Público	14
Cláusula 18ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário	14
Cláusula 19ª - Suspensão do Contrato	15
Cláusula 20ª - Modificações do Contrato.....	15
Cláusula 21ª - Gestor do Contrato	15
Cláusula 22ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	16
Cláusula 23ª - Contagem dos Prazos na Fase de Execução do Contrato.....	16
Cláusula 24ª - Responsabilidades.....	16
Cláusula 25ª - Casos Fortuitos ou de Força Maior	17
Cláusula 26ª - Deveres de Informação.....	18
Cláusula 27ª - Confidencialidade e Proteção e Tratamento de Dados Pessoais.....	18
Cláusula 28ª - Políticas Horizontais	19
Cláusula 29ª - Interpretação e Validade.....	19
Cláusula 30ª - Regime Contraordenacional.....	19
Cláusula 31ª - Regime Contraordenacional	19
Cláusula 32ª - Legislação Aplicável.....	20
Cláusula 33ª - Foro Competente	20

Cláusula 34ª- Comunicações e Notificações.....	20
Cláusula 35ª - Contagem de Prazos na Fase de Formação do Contrato.....	21
<i>ANEXO I - Cláusulas Gerais e Técnicas</i>	22
Cláusula 36ª - Objetivo da Aquisição.....	22
Cláusula 40ª - Especificação Técnica dos Bens a Fornecer	22



Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a inserir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por Concurso Público com publicidade internacional, e que tem por objeto a *Aquisição de Expansão de Armazenamento de Dados e de Upgrade do Licenciamento "Veeam DP Essentials"* pelo Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC (doravante referido por "Contraente Público"), com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I* e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se ao fornecimento do(s) bem(s) de acordo com os termos previstos neste Caderno de Encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
3. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e seu(s) anexo(s), bem como os demais documentos contratuais, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.
4. A presente aquisição apresenta a seguinte classificação CPV: 48612000-1 (Sistema de gestão de bases de dados).

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato, celebrado por escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 437.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas acima e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º do referido diploma legal.

Cláusula 3ª - Preço Base do Procedimento

1. Para efeitos de elaboração de proposta(s), fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de **€ 26 639,09 (vinte e seis mil, seiscentos e trinta e nove euros e nove cêntimos)**.
2. O preço base é definido como o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
3. Proposta com valor superior ao valor do preço base será excluída.

Cláusula 4ª - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato entrará em vigor na data da respetiva assinatura e durará pelo prazo necessário à completa e efetiva realização de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:
 - a) Proceder à entrega e instalação dos bens objeto do contrato, cumprindo os prazos propostos e adjudicados para o efeito;
 - b) Aquando da entregar dos bens os documentos de expedição devem identificar **obrigatoriamente**:
 - ✓ Número de requisição;
 - ✓ Referência deste procedimento: [AD 422/2025](#);
 - ✓ Quantidades entregues;
 - ✓ Descrição dos bens.

- c) Obrigação de entrega dos bens objeto do contrato, nas instalações do Contraente Público, cumprindo os prazos propostos e adjudicados, para o efeito, mencionando, obrigatoriamente, nos documentos de expedição:
 - d) Obrigação de garantia de conformidade dos bens com o contrato;
 - e) Obrigação de continuidade de fabrico de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem o(s) bem(s) objeto do contrato, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - f) Obrigação de manutenção e prestação de assistência técnica nos termos e condições definidos pelo presente Caderno de Encargos;
 - g) Proceder ao envio, para o endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt, de cópia de **todos os relatórios técnicos/instalação ou outros a efetuar**, depois de devidamente assinados pelo Gestor do Contrato e o Adjudicatário;
 - h) Realizar o tratamento dos dados do Contraente Público, comprometendo-se a não utilizar tais dados para diferentes fins, em conformidade com o disposto na Cláusula 27ª do presente Caderno de Encargos.
 - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
2. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
 3. Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução do contrato, com respeito por todas as normas, nacionais e comunitárias aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança.
 4. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 5. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus colaboradores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, bem como pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

Cláusula 6ª - Responsabilidade Extracontratual

1. O Adjudicatário responde, nos termos gerais de direito, por quaisquer danos causados no âmbito do contrato, pela culpa ou pelo risco.
2. O Adjudicatário responde igualmente, nos termos em que o comitente responde pelos actos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito do contrato.
3. Pelas multas e indemnizações a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o Adjudicatário tenha a receber, em segundo lugar, às cauções e, finalmente, os restantes bens do Adjudicatário.

Cláusula 7ª - Entrega e Instalação dos Bens

1. O Adjudicatário entregará os bens objeto do contrato nas instalações do Contraente Público, no prazo máximo de **4 (quatro) semanas**, contados da data da receção de cada requisição, nos termos dos números seguintes, ou no prazo indicado na proposta adjudicada, se inferior.
2. Local de entrega: Edifício i3S - Rua Júlio Amaral de Carvalho nº 45 (entrada do edifício - IPATIMUP) 4200-135 Porto, Portugal, ao cuidado do Gestor do Contrato.
3. O Adjudicatário é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
4. O Adjudicatário será responsável pela instalação dos bens, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** após entrega, bem como pela disponibilização de todo o material de apoio necessário à sua plena entrada em funcionamento.
5. O Adjudicatário obriga-se a garantir que a instalação dos bens objeto do contrato seja efetuada por técnicos certificados pelas entidades competentes e reconhecidos pelo mesmo.
6. O Adjudicatário deverá elaborar o respetivo relatório de instalação e proceder ao envio do mesmo, depois de devidamente assinado para o endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt, conforme previsto na **alínea g) do n.º 1 da Cláusula 5ª**, deste Caderno de Encargos;
7. Os bens objeto do contrato deverão ser novos, não podendo ter sido utilizados previamente, e deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, em conformidade com o contrato, e, em tudo o que não esteja em oposição com o contrato, em

cumprimento das normas portuguesas, europeias e internacionais e com as especificações e os documentos de homologação de organismos nacionais ou internacionais aplicáveis.

8. Todas as despesas, custos com seguros, transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 8ª - Receção e Verificação dos Bens

1. Realizada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, o Contraente Público, por si ou através de terceiro por si designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, no prazo de **5 (cinco) dias**, com vista a verificar que os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos definidos pelo contrato, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Após a verificação mencionada anteriormente, o Contraente Público pode:
 - a) Aceitar mediante condição de, após verificação ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
 - b) Rejeitar total ou parcialmente;
 - c) Solicitar a entrega/instalação dos bens em falta.
3. O Adjudicatário fica obrigado a colaborar com o Contraente Público durante todo o período de verificação, comprometendo-se a fornecer todos os elementos que lhe forem solicitados.
4. O controlo da qualidade dos bens, por parte do Contraente Público, não diminui, em qualquer caso, a responsabilidade do Adjudicatário.
5. Sempre que da verificação/controlo de qualidade resultar alguma desconformidade dos bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos definidos no contrato, o Contraente Público informará o Adjudicatário de tal facto, por escrito, no prazo de **5 (cinco) dias**, após a receção dos bens e/ou instalação.
6. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa e nos prazos de entrega/instalação adjudicados, à substituição dos bens/nova instalação, de modo a garantir a conformidade dos mesmos com o contrato, sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que o mesmo se destina.
7. O Contraente Público procederá à realização de nova verificação/controlo, nos termos da presente cláusula, tudo sem prejuízo do direito de o Contraente Público optar por exigir a redução adequada do preço dos bens ou de proceder à resolução do contrato.

Cláusula 9ª - Garantia

1. O Adjudicatário será responsável perante o Contraente Público por qualquer falta de conformidade dos bens com o contrato que se manifestem dentro de um prazo mínimo de **3 (três) anos**, a contar da data da fatura, ou do prazo proposto pelo Adjudicatário, se for superior.
2. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante fornecer os bens objeto do contrato sem quaisquer defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no *Anexo I* do presente Caderno de Encargos.
3. Em caso de falta de conformidade dos bens com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para o Contraente Público e no prazo razoável que for por este determinado, à substituição dos bens, de modo a que seja reposta a sua conformidade, tudo sem prejuízo do direito do Contraente Público de optar por exigir a redução adequada do preço dos bens ou de proceder à resolução do contrato.
4. A garantia dos bens prevista nesta cláusula abrange, designadamente:
 - a) O fornecimento, instalação ou a integração de quaisquer peças, software ou componentes em falta, ou mesmo a sua substituição total;
 - b) Todas as despesas, incluindo de transporte e seguros, com a devolução dos bens desconformes e com a entrega/instalação dos bens novos que devam substituir aqueles ou dos bens reparados;
 - c) A desmontagem, reparação ou a substituição de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem e instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) A instalação e configuração de software desconforme e/ou discrepante com a proposta adjudicada;
 - f) Todas as despesas relativas a deslocações e mão de obra técnica especializada ao local onde se encontrem os bens desconformes para correção das desconformidades;
 - g) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos bens desconformes.

5. A reparação ou substituição de peças previstas na presente Cláusula serão realizadas dentro de um prazo de [a preencher pelo convidado].
6. O prazo indicado no número anterior não poderá, em caso algum, exceder **10 (dez) dias**.
7. A substituição total do equipamento prevista na presente cláusula será realizada dentro de um prazo de [a preencher pelo convidado].
8. A substituição total do equipamento, prevista na presente cláusula, deverá ser realizada no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
9. Para os efeitos previstos na presente Cláusula, o Contraente Público deverá denunciar ao Adjudicatário a falta de conformidade dos bens no prazo de **2 (dois) meses** a contar da data em que a tenha detetado.
10. Na sequência de qualquer reparação ou substituição que seja efetuada pelo Adjudicatário, este deverá elaborar um relatório técnico, no qual serão registadas a data da reparação ou substituição, as causas da desconformidade reportada e as medidas tomadas, se for o caso, e o técnico que, em concreto, realizou a reparação ou a substituição, devendo ser solicitada, ao Gestor do Contrato, a assinatura do referido relatório.
11. Todo e qualquer relatório técnico ou outro, efetuado pelo Adjudicatário, deverá cumprir o procedimento descrito na **alínea g), do n.º 1 da Cláusula 5ª**.
12. É aplicável à garantia de conformidade dos bens objeto do contrato, com as necessárias adaptações e em tudo o que não esteja em oposição com o contrato, ou nele regulado de modo diferente, o disposto na lei que disciplina certos aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas.
13. O Adjudicatário garante, ainda, a continuidade do fabrico e do fornecimento de todos os componentes que constituem o objeto do contrato, pelo prazo mínimo de **7 (sete) anos** a contar da data da fatura.

Cláusula 10ª - Assistência Técnica

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar gratuitamente serviços de manutenção, reparação e assistência técnica relativamente aos bens objeto do contrato, pelo período de garantia adjudicado.
2. Os serviços referidos no número anterior compreendem, designadamente:
 - a) **Bens:** Upgrade da "Storage Array Unity XT 380" existente, suporte técnico tipo "Next Business Day"
- serviços *onsite* de pelo menos, 36 (trinta e seis) meses;
 - b) **Software:** "Veeam DP Essentials", suporte técnico tipo 24/7, durante os 3 (três) anos de subscrição da(s) licença(s), incluindo possíveis atualizações.

Cláusula 11ª - Direitos da Propriedade Intelectual e Industrial

1. São inteiramente da responsabilidade do Adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil, decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

Cláusula 12ª - Aspectos Submetidos à Concorrência

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

Cláusula 13ª - Aspectos não Submetidos à Concorrência

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, o convidado deve observar na sua proposta, e como eventual futuro Adjudicatário, garantir, sem encargos adicionais para o Contraente Público, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos
2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.

Cláusula 14ª - Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de €____ (____)¹⁾, acrescido de IVA à taxa legalmente aplicável.

⁽¹⁾ **[a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]**

2. O preço referido no n.º 1 anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente, os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, seguros, fretes, montagem, instalação e taxas

alfandegárias, se aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15ª - Condições de Pagamento do Preço

1. O(s) valor(es) devido(s) pelo Contraente Público deverá(ão) ser faturado(s) **após a entrega da totalidade dos bens** a fornecer ao Contraente Público.
2. A(s) fatura(s) deve(m) mencionar, **obrigatoriamente**, o **número de requisição** do Contraente Público, a **referência deste procedimento**, bem como deve(m) **conter a discriminação dos bens** objeto do contrato, nomeadamente, **quanto ao tipo de bem, quantidade(s) e número(s) de série**, se aplicável
3. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelo Contraente Público, através de transferência bancária.
4. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: daf@ibmc.up.pt, para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário.
5. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, o art.º 299.º do CCP e o DL 123/2018, de 28 de dezembro e o Despacho 8/2022-XXIII, de 13/12/2022 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nas suas redações vigentes.
6. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o Contraente Público notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, do modo de faturação aplicável.
7. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.
8. O Contraente Público terá o direito de deduzir no pagamento a efetuar ao Adjudicatário, quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

Cláusula 16ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de **20% (vinte por cento)** do valor contratual até à verificação de incumprimento, sendo que pela mora no cumprimento das obrigações contratuais pode exigir o pagamento de uma pena, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento, total ou parcial, do(s) prazo(s) de entrega e instalação dos bens objeto do contrato;
 - b) Pelo incumprimento do(s) prazo(s) fixados para reparação ou substituição dos bens objeto do contrato;
 - c) Pelo incumprimento do prazo fixado para a substituição total dos bens objeto de contrato;
 - d) Pelo incumprimento dos restantes prazos, previstos no presente Caderno de Encargos.
2. Para o cálculo das penalidades mencionadas nas alíneas anteriores será utilizada a seguinte fórmula:
$$P \text{ (penalidade)} = V \text{ (valor da fatura} \times 0,010) \times A \text{ (dias em atraso, incluindo sábados, domingos e feriados)}$$
3. O incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal de até **10% (dez por cento)** do valor contratual.
4. A exigência, por parte do Contraente Público, do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera o Adjudicatário do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
5. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.
6. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para **30 % (trinta por cento)**, conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.
7. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
8. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.

9. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª - Resolução do Contrato pelo Contraente Público

1. O Contraente Público poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Contraente Público não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
3. O Contraente Público, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

Cláusula 18ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º e 449.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 19ª - Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 20ª - Modificações do Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **8 (oito) dias** em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, 370.º a 381.º por remissão do artigo 447.º-A do CCP.

Cláusula 21ª - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público ao qual incumbe o permanente acompanhamento da execução contratual.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao Órgão Competente do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; contacto: [Completar]
4. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com o Contraente Público, para todos os fins associados à execução do contrato.

Cláusula 22ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

O recurso à cessão da posição contratual e à subcontratação pelo Adjudicatário fica desde já vedado no presente procedimento.

Cláusula 23ª - Contagem dos Prazos na Fase de Execução do Contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 24ª - Responsabilidades

1. O Adjudicatário responde perante o Contraente Público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos bens objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 25ª - Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Para efeitos do contrato, são consideradas de força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento por uma das partes de quaisquer obrigações assumidas no contrato, que, cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que as mesmas não pudessem conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhes fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
4. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 26ª - Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 27ª - Confidencialidade e Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O Adjudicatário encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais vigente e no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), designadamente o dever de responsabilização do Adjudicatário por todas e quaisquer perdas sofridas pelo Contraente Público no resultado da violação dessas obrigações.
4. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
5. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
6. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que

este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 28ª - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na formação e na execução dos contratos públicos, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 29ª - Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

Cláusula 30ª - Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 31ª - Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 32ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 33ª - Foro Competente

1. Em caso de litígio ou diferendo emergente de questões relacionadas com o contrato, designadamente relativas à sua interpretação, validade, aplicação ou integração, as partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesses, pela obtenção de uma solução concertada para a questão controvertida.
2. Na falta de uma resolução consensual do litígio, nos termos do número anterior, e no prazo máximo de **10 (dez) dias**, após a primeira notificação que referir expressamente a necessidade de obtenção de uma solução concertada para o litígio, este será decidido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia de qualquer outro.
3. Quando, por força de disposição legal inderrogável, o Contraente Público tenha de demandar, o Contraente Público, fora da comarca referida no número anterior, suportará os custos de todas as deslocações que tal demanda cause ao Contraente Público, a pessoal seu e honorários de advogados.

Cláusula 34ª- Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As notificações presumem-se efetuadas em consonância com o disposto no Artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo ("CPA").

Para o Contraente Público:

À atenção de: Serviço de Contratação Pública

Morada: Rua Alfredo Allen, 208; 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [Completar]

Morada: [Completar]

Endereço de correio eletrónico: [Completar]

3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta cláusula deve ser comunicada à outra parte.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 35ª - Contagem de Prazos na Fase de Formação do Contrato

1. À contagem dos prazos, relativos aos procedimentos de formação do contrato, aplica-se o disposto no art.º 87.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), por remissão legal do Artigo 470.º do CCP, não sendo, em caso algum, aplicável o disposto no artigo 88.º do CPA.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

*ANEXO I - Cláusulas Gerais e Técnicas***Cláusula 36ª - Objetivo da Aquisição**

O presente procedimento apresenta como objetivo a aquisição de uma ampliação/expansão da capacidade do *Sistema Informático de Alta Capacidade* já existente no Centro de Genética Preditiva e Preventiva ("CGPP"). Este diz respeito a uma nova infraestrutura adquirida através do Concurso Público sem Publicidade Internacional, n.º 29/2023, adjudicado a 21 de abril de 2023.

A expansão do sistema de armazenamento é essencial face ao rápido aumento do número de testes genéticos solicitados ao CGPP, bem como na transição progressiva para abordagens mais complexas, que geram ficheiros de dados de maior volume.

Considerando que a infraestrutura atual foi desenhada e instalada pela empresa especializada Decunify, que também realizou a configuração do equipamento de armazenamento, é fundamental que seja esta mesma empresa a proceder a esta expansão. O seu conhecimento das necessidades do CGPP e das configurações existentes permitirá que a operação seja realizada de forma mais célere e segura, minimizando o *downtime* deste sistema, essencial para a atividade laboratorial. Ainda, a pertinência de efetuar o upgrade às licenças do software "Veeam DP Essentials" para assegurar a máxima proteção das 5 máquinas virtuais existentes.

Estes upgrades/expansões são fundamentais para garantir a operacionalidade e eficiência do serviço que é prestado pelo CGPP, na área da saúde e com especial relevo na prestação de testes genéticos à comunidade.

Cláusula 40ª - Especificação Técnica dos Bens a Fornecer

O Adjudicatário obriga-se a fornecer ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos mínimos abaixo descritos ou similares:

I. Sistema existente: Storage Array Dell Unity XT 380

- Ampliação da capacidade de armazenamento de dados de aproximadamente 102 TB úteis. Expansão da *pool* de discos NL-SAS (RAID6) com 12 (doze) novos discos (NL-SAS 15X3.5 DRIVE) de 12TB, instalados em rack de um novo DAE (Disk Array Enclosure) de 3Us.
- As ligações e cabos SAS e de energia deverão estar incluídas;
- Suporte técnicos do tipo "Next Business Day", - serviços *onsite* de pelo menos, 36 (trinta e seis) meses.

II. Software “Veeam DP Essentials”- versão Enterprise Plus Edition

- Aumento de 5 (cinco) novas licenças deste software, para o período de 3 (três) anos, para as 5 novas *workloads* existentes;
- Deve incluir suporte técnico do tipo 24/7, incluindo possíveis atualizações durante o período de subscrição.

III. Serviços a incluir:

- Planeamento da implementação;
- Instalação do equipamento em rack;
- Expansão de capacidade no Dell Unity XT 380;
- Testes de validação da configuração;
- Operacionalização da capacidade incrementada;
- Testes de validação, com verificação do espaço existente nos hosts *VMware vSphere*, no Storage Array, em conformidade com as necessidades do Contraente Público;